



A Previdência Complementar no Brasil e a Judicialização Digital

Uma breve apresentação do escritório Carreira e Sartorello Advogados Associados.

A estruturação dos regulamentos e das normas internas e externas que norteiam o funcionamento das entidades fechadas de previdência complementar em nosso país não impede que ocorra um sem-número de litígios judiciais nas mais diversas esferas, principalmente a previdenciária, tributária e trabalhista, envolvendo os assistidos e as respectivas entidades.

Deve-se considerar o volume elevado de integrantes dos quadros sociais, que superam os 2,8 milhões de participantes, entre ativos e assistidos, bem como o fato de que essas entidades atuam em segmentos do mercado financeiro com altas cifras e transações das mais diversas espécies, o que faz com que fiquem

expostas a uma verdadeira enxurrada de ações, transformando-se em longas e inesgotáveis batalhas judiciais.

Se não bastasse, percebe-se o surgimento de verdadeiras indústrias de ações, com escritórios se especializando em mover demandas contra entidades de previdência complementar, chegando, em alguns casos, a movimentar processos em todo Brasil, discutindo questões idênticas, o que caracteriza a massificação de demandas. Esses escritórios vêm se especializando em análise de regulamentos e estatutos, obrigando a qualificação cada vez mais efetiva das teses de defesa.

Essa conjuntura obriga as entidades fechadas de previdência complementar a buscar a compreensão, mensurando e reconhecendo, com base em critérios eminentemente técnicos, as contingências judiciais que possam vir a afetar suas respectivas posições econômico-financeiras.

É fato que o desconhecimento dessas contingências e a desconsideração dos efeitos dessas ações judiciais podem constituir um grave fator de risco.

O tema ganha ainda mais relevância quando se observa as recentes decisões judiciais, envolvendo ações impetradas por participantes de fundos de pensão, fundamentadas em disposições regulamentares dos planos de benefícios. Percebe-se que referidas decisões desconsideram que as condições regulamentares servem para todos os participantes, não podendo ser aplicadas a um ou outro, conforme este ou aquele entendimento judicial.

Há de se ter o temor de que essas decisões judiciais, individualmente aplicadas, e fora do contexto do regulamento, causem prejuízos aos próprios participantes dos planos, e ainda, em casos extremos, podendo até mesmo implicar em sua insolvência, notadamente em razão da implantação de processos digitais, que facilitam o acesso e minimizam a logística para acompanhamento das demandas.

Essa judicialização da previdência deve ser um ponto importante na análise de risco da atividade, justificando-se investimentos na área jurídica e escritórios especializados na defesa do sistema, mantendo-se um alto nível de debate nas ações em andamento, com políticas voltadas aos departamentos jurídicos que expressem a importância do tema.

Nesse contexto, o escritório Carreira e Sartorello Advogados Associados, que defende os interesses da PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Brasil, nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, vem implementando políticas internas de valorização profissional e capacitação de advogados, incentivando a formação e especialização, viabilizando cursos e programas de incentivo à pós graduação na área previdenciária.

Só a efetiva capacitação dos profissionais pode equilibrar a balança do risco das ações judiciais, aliado a uma forte participação em sessões de julgamento nos órgãos superiores, despachos de memoriais, sustentações orais e intervenções pontuais em audiências e diligências judiciais, sem contar, é claro, com a melhoria constante na qualidade das peças processuais.

Aliado a tais elementos de capacitação profissional, uma rede de profissionais espalhada por todo país, um sistema robusto de gerenciamento processual, um sistema de comunicação interno e externo com segurança, equipamentos de tecnologia de ponta, faz do escritório Carreira e Sartorello Advogados Associados uma referência no mercado jurídico de previdência complementar.

Alceu Luiz Carreira é sócio fundador do escritório Carreira e Sartorello Advogados, professor universitário, coordenador da ESA – Escola Superior da Advocacia e membro da Comissão de Ética e Disciplina da OAB/SP.